

Os espaços para a profissionalização feminina durante a atuação da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial na Escola Técnica de Curitiba (1946/1962)¹

*Maria Lúcia Bühler Machado
Gilson Leandro Queluz*

INTRODUÇÃO

A trajetória dos estudos feministas traz em sua origem um olhar específico sobre as mulheres, apontando diversas abordagens sobre as questões relacionadas a opressão e subordinação da mulher, historicizando e questionando a dominação masculina respaldada pelas diferenciações biológicas entre os sexos. O caráter “natural” dos sexos, expresso na ideologias políticas e religiosas, foi confirmado pelos costumes e regulamento das normas sociais. Aos homens eram destinados os assuntos de Estado, da ciência e do trabalho, tudo aquilo que dizia respeito a sua luta com o mundo, à confirmação da racionalidade inerente ao seu gênero, ao desafio dos seus limites (...). Cabia à mulher, como parte da natureza, presa à matéria, a instituição da moral no seio

¹ A abordagem deste artigo integra uma pesquisa mais ampla sobre a referida comissão, desenvolvida dentro da Linha de Pesquisa em Tecnologia e Trabalho, do Mestrado em Tecnologia-PPGTE.

familiar, a criação dos filhos para exercer a chefia e das filhas, para esposas. À mulher destinava-se o exercício da virtude, da paciência e da discrição (RONCAGLIO, 1996, p. 33).

Essa crítica às diferenciações biológicas como justificativa para a dicotomia de papéis femininos e masculinos exercidos na sociedade ainda estão presentes nos estudos acerca da mulher; porém, a partir da década de 80, alguns(mas) pesquisadores(ras) passam a utilizar a analítica de gênero como fundamentação teórica. Essa perspectiva ampliava as possibilidades de estudos acerca dos temas, conforme indica SCOTT: A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatiza igualmente o aspecto relacional das definições normativas de feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos, e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995, p. 72).

A autora aponta em seu conceito de gênero uma conexão com a preposição de que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, elemento esse que em nossa percepção é fundamental para a análise relacional² proposta por essa vertente. Nessa mesma perspectiva, ela ressalta: O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de **interação** humana. Quando os(as) historiadores(as) buscam encontrar as maneiras pela quais os conceitos de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles(elas) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p. 89).

Essa perspectiva relacional de gênero, poder e política impulsiona para outras discussões que permeiam significativamente as relações de poder: são as questões de classe e raça. É bem verdade

² A segunda conexão estabelecida pela autora é estabelecer o gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos.

que existem modelos hegemônicos de masculino e feminino, mas é preciso reconhecer que as pessoas operam esses modelos em função de realidades específicas, definindo formas particulares de classificar os outros. Assim, se uma mulher pode ser discriminada em algum momento por ser mulher, em outro isso pode não importar tanto quanto o fato de ela ser vista como pobre, negra, idosa, lésbica, ou portadora de alguma deficiência (SIMIÃO, 2002, p. 83).

Seguindo esse mesmo encaminhamento, Elizabeth Bortolaia Silva, ao abordar as questões das tecnologias e práticas, direcionando seu enfoque para as tecnologias domésticas, critica a universalidade feminina aplicada em algumas pesquisas que tratam das tecnologias do lar. Neste contexto a mulher aparece como “universal” na sua identificação com o doméstico. Seja ela dona de casa ou não, mãe ou não-mãe, a mulher é potencialmente dona de casa e mãe, e nisso se assenta um princípio de identidade de gênero. Mas existe mais de uma mulher neste contexto: a patroa, a empregada, a mulher que “faz” sozinha, as negociações várias de arranjos domésticos e pessoais que variam com idade, ciclo de vida e outras categorias. (SILVA, 1998, p.17)

A autora, além de apontar a necessidade em direcionarmos o olhar para essas especificidades, trata de um tema significativo que permeia as relações de poder e hierarquização social da atualidade – a tecnologia.

Ao tratar do estado da arte das discussões de gênero e tecnologia nos Estados Unidos, ROTHCHILD traça uma trajetória importante sobre as várias pesquisas relacionadas ao tema e ressalta que a utilização da categoria de gênero nesses estudos podem revelar várias possibilidades, destacando o potencial dessa categoria analítica na disciplina e o seu impacto, ampliando as discussões voltadas para as transversalidades culturais, filosofia da tecnologia, teorias sobre desenvolvimento tecnológico e mudanças tecnológicas .

O fato do gênero ser confundido com características biológicas dos sexos acaba direcionando o olhar para a tecnologia como sendo masculina, estando fora da seara feminina. A noção de que feminino e masculino são socialmente construídos e refletem em condutas, opiniões, convenções, práticas e organização social colabora para desmistificar essa idéia, além de ampliar as percepções acerca da

tecnologia como uma criação humana, ainda que grande parte da literatura sobre o tema trace uma perspectiva da elite masculina.

A autora menciona a pesquisa de HACKER que traz uma importante abordagem sobre a questão de raça e classe, quando aponta como essas especificidades aparecem no processo de ocupação de determinados campos de trabalho nos Estados Unidos. Na agricultura os membros da força de trabalho são da minoria imigrante, com trabalhos e remuneração reduzidos que afetam homens e mulheres, porém a agrotecnologia favorece os homens; chama também a atenção para a área eletrônica, na qual a maior força é feminina, atraindo imigrantes da Ásia e as de origem latino-americana; deste modo, as questões de gênero revelaram as intersecções entre gênero, raça e etnia no novo sistema de produção da indústria eletrônica. Essas considerações das pesquisas feministas sobre a inter-relação entre trabalho, trabalhadores(ras), novas tecnologias e sistemas tecnológicos abrem a discussão para as questões acerca das transferências de tecnologia, inovações e desenvolvimento mundial; novamente observamos o imbricamento gênero/raça/classe e poder.

Partindo do pressuposto de que a tecnologia é concebida e construída como masculina, estando inseridos nesse processo a educação tecnológica, direcionamos o foco da pesquisa sobre a educação profissional na Escola Técnica de Curitiba e as relações de gênero. LERMAN (1993), em sua pesquisa sobre a educação tecnológica nos Estados Unidos durante o século XIX, aponta as conexões entre as hierarquias sociais e as hierarquias tecnológicas do conhecimento, chamando a atenção para as representações construídas no processo de transmissão desse conhecimento, pois prepara crianças para seus trabalhos quando adultos.

Desta maneira, percebemos como as pesquisas voltadas para as questões de gênero podem traçar elementos que indicam a hierarquização social estabelecida através da educação e do trabalho, neste caso especialmente do trabalho na sociedade capitalista.

LAGRAVE ao tratar da educação e trabalho das mulheres no Século XX aponta: uma educação e um trabalho para as mulheres, sim, mas sob a vigilância e sob condições, com a reserva de que nenhuma consequência daí resulte para a família com a reserva de elas se

manterem naquilo que é aceitável para as mulheres em cada época, com a reserva de que não criem problemas à escassez e à excelência de títulos e dos postos ocupados pelos homens. Trata-se de inculcar, desde a escola primária e na família, nos rapazes como nas raparigas, dois sistemas de disposições diferentes que pouco a pouco se encarnarão em dois sistemas de posições separadas no trabalho. (LAGRAVE, 1991, p. 506, 507).

Essas discussões sobre divisão sexual do trabalho, espaços público e privado, representações acerca dos papéis definidos como masculino ou feminino na sociedade, contextos históricos políticos e relações de poder estabelecidos permeiam as práticas observadas na Escola Técnica de Curitiba durante o período da atuação da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial, em vigor entre 1946 e 1962.

A Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial

A criação da CBAI está inserida em uma década em que as disputas internacionais, seja através da 2ª Guerra Mundial ou da bipolarização estabelecida posteriormente, direcionaram as estratégias da política externa norte-americana para uma tentativa de homogeneização ideológica dentro do continente americano. Uma dessas práticas pôde ser observada através da implantação da política da boa vizinhança, numa contraposição ao Pangermanismo que vinha ampliando suas áreas de influência na América Latina.³

Um texto de FONSECA, editado em 1961, revela uma das concepções dessa política. Ao abordar a I Conferência de Ministros e Diretores da Educação das Repúblicas Americanas, realizada no ano de 1943 em Havana, o autor mencionou: No meio da grande convulsão que ensangüentava vários continentes, a América dava um exemplo de concórdia e harmonia. Os americanos ainda acreditavam num mundo melhor baseado na educação e na cultura (FONSECA, 1961, p.562).

³ Sobre as questões do projeto norte-americano para a América Latina na década de 40 ver: O imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra - de Antonio Pedro Tota; sobre o pangermanismo no Brasil ver: Alemanha: mãe-pátria distante; utopia pangermanista no Sul do Brasil. Tese de doutoramento - Marlonilde Dias Brephol de Magalhães. Campinas, UNICAMP, 1993.

Essa conferência irá traçar uma série de recomendações para os sistemas de ensino no continente americano; o autor indica a resolução nº XV, que tratava especialmente das Escolas de Ensino Industrial e Técnico, e alertava para o fato de que a mecanização progressiva na indústria, longe de eliminar a mão-de-obra especializada, a tornará cada vez mais exigente, reclamando maior capacidade, maior perfeição no manejo das máquinas, mais tensão psíquica e orgânica, mais destreza e mais senso de responsabilidade.

Tal afirmativa será extremamente coerente com os discursos da CBAI, cuja origem também está relacionada com outras recomendações feitas nessa mesma conferência, dando indicativos da necessidade dos governos implantarem políticas que elevassem o nível educacional em seus países, sendo essa uma forma de contribuição importante para o entendimento e a solidariedade interamericana (FONSECA, p.563). Esses programas educacionais poderiam ser desenvolvidos individualmente ou através de convênios.

Diante desse quadro, três anos depois, em 1946, é firmado um acordo entre a Division Education do Institute of Inter-American Affairs e o Ministério de Educação brasileiro, que estabelecia um programa de cooperação educacional entre Brasil e Estados Unidos na área de educação industrial, instituindo a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) como órgão executor do projeto. O contexto nacional era marcado por um processo crescente de desenvolvimento industrial; em uma publicação da própria CBAI, do ano de 1958, é feita uma análise do momento da criação da comissão: Nos Estados Unidos, as escolas industriais constituem o sustentáculo da economia industrial da nação. No Brasil, era a intenção dos responsáveis dar às escolas industriais finalidade idêntica, mas este objetivo ainda não havia sido totalmente atingido, porque as escolas não estavam preparadas para desempenhar sua tarefa – faltava-lhes equipamento e material de ensino e a maioria dos seus professores era constituída por pessoal recrutado na indústria e sem prática de magistério⁴.

Os principais objetivos da CBAI estavam voltados para o treinamento de professores, instrutores e administradores, preparo e

⁴ Boletim Informativo da CBAI /nº 1/outubro de 1958/ Vol XIII - p 14.

aquisição de material didático, o que incluía a tradução de obras em inglês que interessassem ao ensino industrial local, aperfeiçoamento dos processos de organização e direção de oficinas, seleção e orientação profissional e educacional dos alunos do ensino industrial, estudo e revisão do programa de ensino industrial (FONSECA, 1961, p. 565).

Ao analisar esses objetivos, QUELUZ aponta : o programa de intercâmbio em suas linhas gerais, portanto, definia estratégias múltiplas voltadas à intervenção em um setor essencial de uma economia industrial que é o ensino técnico, com o objetivo amplo de reordenação das relações de trabalho e da organização da indústria numa sociedade em transformação. As estratégias desenvolvidas conjuntamente por uma equipe de especialistas americanos e autoridades brasileiras em educação técnica, constituíram-se em representações discursivas com múltiplos efeitos de sentido e poder. (2001).

Conforme já apontamos, os estudos de gênero ampliam as possibilidades de análise das representações do poder em uma sociedade; ao abordarmos a temática do ensino profissional, especialmente durante a vigência desse acordo com os Estados Unidos⁵, que teve um peso significativo nas orientações e encaminhamentos dados ao ensino nas escolas técnicas do País, poderemos trazer a tona elementos que apontem como se constituíram os espaços reservados para o trabalho feminino na sociedade brasileira.

Os espaços da aprendizagem feminina na Escola Técnica de Curitiba.

O atual Centro Federal de Educação Tecnológica, em sua origem em 1910, denominado então Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, tem uma relação direta com a questão de classe, ao considerarmos que era destinada principalmente a alunos “desafortunados”, o que abrangia menores pobres e delinquentes, dialogando com os discursos de disciplinarização e higienização correntes no período: O Estado deveria, portanto, criar instituições de preferência de confinamento, preocupadas

⁵ A CBAI foi extinta em 1962, tendo suas atribuições assumidas pelo Grupo Executivo do Ensino Industrial, criado pelo Decreto n.53041/62 (CUNHA, 2000, P.10)

em formar o caráter da criança dentro da ética do trabalho e dos valores burgueses. Neste contexto, era defendido como fundamental, pelos médicos, educadores, filantropos e pela polícia, o aprendizado profissional que não somente preparasse o menor para a atividade produtiva, mas também moralizasse sua alma e higienizasse seu corpo (QUELUZ, 2000, p. 20). A questão de classe é nítida, e as questões de gênero podem ser percebidas pela ausência de alunas nessa fase inicial da Escola, que abrangia os cursos de alfaiate, marceneiro e sapateiro, ocupações construídas como eminentemente masculinas. SILVA (2000, p. 91) indica que o Curso de Economia Doméstica foi o primeiro destinado ao público feminino na Instituição, além do curso Técnico de Decoração⁶ ofertados a partir de 1946, setor em que o número de alunas matriculadas superava o número de alunos.

Outros cursos destinados ao público feminino durante a atuação da CBAI eram os de Corte e Costura, bordados e rendas, chapéus, flores e ornatos.

Utilizamos como fonte principal em nossa pesquisa o material produzido pela Biblioteca do Ensino Industrial, vinculada à CBAI, que abrangia manuais de ensino, boletim informativo e outras publicações que expressassem as idéias da comissão acerca de ensino industrial e conseqüentemente das concepções sobre organizações do trabalho.

O CURSO DE CORTE E COSTURA NOS MANUAIS DA CBAI: PLANEJANDO OFICINAS E EXECUTANDO O TRABALHO

Estabelecendo uma conexão entre metodologia de ensino e organização espacial das oficinas, observamos no manual escrito por Nair Maria Becker destinado aos procedimentos necessários para o bom andamento do ensino nos cursos de Corte, costura, bordados e rendas, alguns elementos que indicam essas diferenciações estabelecidas entre o ensino masculino e feminino. As indicações nesse manual compreendiam todos os critérios descritos minuciosamente para uma

⁶ Segundo a autora, entre 1974 e 1981, a presença feminina nesse curso era superior a 90 %. Na década de 80 o Departamento de Decorações passa a Departamento de Desenho Industrial, pois, em 1981 o mencionado curso foi extinto. A substituição não modificou a sua característica no que se refere a público atraído, pois o curso de Desenho Industrial abrangia predominantemente o público feminino nas décadas de 80 e 90.

melhor produtividade dentro do curso. Tais indicações abarcavam desde a disposição de móveis, dimensões adequadas da oficina, uso de cores adequadas, tamanho de mobiliários, máquinas mais indicadas, quantidade mínima necessária de ar, conhecimento químico da composição dos materiais utilizados no caso específico de tecidos, etc. Todos esses pontos eram abordados sistematicamente.

Na apresentação da publicação podemos observar como se dava a percepção de um elemento feminino na Escola Técnica detendo-nos nos termos utilizados pelo Superintendente da Comissão: “Coube ao técnico (grifos nossos) em Ofícios Femininos desta comissão, Profª Nair Maria Becker, a elaboração deste trabalho”. A determinação “o técnico” traz carregada a representação de, a que gênero caberia essa especialização inicialmente; termo vigente até a atualidade, ainda que o posto seja ocupado por mulheres; a categorização ofícios femininos expõe a divisão sexual do trabalho, já que delimitava assim a quem se destinava o curso.

Outros elementos presentes no manual indicam essas representações sociais construídas acerca do mundo feminino. No item que trata da seleção e aquisição de móveis para a oficina, a autora recomenda: “Uma vez que nas escolas, as oficinas de Corte, Costura, Bordados e Rendas são em geral, destinadas ao ensino a meninas e moças, é aconselhável ter em consideração o fator Conforto, que não só terá uma influência educativa, como também dará uma oportunidade às jovens para desenvolver seu gosto artístico, seu interesse e disposição para o trabalho em oficinas em que é visível e sensível certo toque feminino. Por esse motivo, não convém transformar as salas de oficina em depósito de móveis de vários tipos e estilos, muitas vezes usados, recolhidos ou adquiridos de modo econômico, sem formar um conjunto harmonioso e, pelo contrário, primando pela falta de estética” (BECKER, 1953, p. 51). Termos como harmonia, sensibilidade, arte são carregados de simbolismos referentes ao universo feminino. A afirmativa acima deixa subliminarmente indicada a idéia que a professora teria uma oficina predominantemente masculina, já que a preocupação com a estética seria uma característica feminina.

Em publicação do ano de 1950 que se destinava a orientação para os procedimentos do corte dentro do curso de corte e costura,

encontramos na apresentação feita pelo Superintendente Ítalo Bologna, uma referência a característica feminina do ofício: “Tratando-se de ofício considerado essencialmente feminino, o assunto desperta particular interesse, pois é reconhecida a necessidade de basear sua aprendizagem em métodos mais condizentes com as exigências da indústria moderna, para torná-los mais atraentes e produtivos”. (BECKER, 1950). Podemos observar a referência a necessidade de uma maior qualificação por parte da trabalhadora, não por interesse de melhorias pessoais para esse grupo, mas sim para garantir o aumento da produtividade e da qualidade, sempre à serviço do capital.

Indicações de vestuários mais adequados quanto à raça e ao gênero também eram encontradas no manual. No item tecnologia a publicação orientava para o equilíbrio na escolha da qualidade e cor dos tecidos, devendo ser considerados para essa seleção fatores como clima, tipo do indivíduo (sic), idade, natureza da atividade, moda, ambiente e a situação financeira. Encontramos aqui valores implícitos que reforçavam a diferenciação na sociedade. Um exemplo é na indicação das cores adequadas para determinados tipos étnicos: “O tipo moreno – de cabelos e olhos escuros – deve evitar as cores marrom, cinza e verde, escolhendo tons alegres e suaves que combinem com a sua cutis, ao passo que o tipo louro - de olhos azuis – requer tons róseos, azuis, etc., embora lhe assentem também as cores escuras”. (BECKER, 1950, p. 8). Deste modo, a normatização e segmentação poderia se dar também nas cores adequadamente selecionadas para cada tipo, sendo essa uma preocupação menor para a etnia branca, que ficaria apresentável em qualquer tom.

Algumas indicações quanto a indumentária masculina ou feminina também estão inseridas no manual, um exemplo é o bolero que, de acordo com a autora, embora seja considerado um vestuário feminino, nos países de origem espanhola trata-se um adorno da indumentária masculina. Nessa mesma perspectiva eram trazidas informações históricas sobre a origem de cada vestuário.

O BOLETIM INFORMATIVO

Ao tratarmos das representações sociais construídas sobre o mundo masculino e feminino, observamos que nos manuais elas se dão

de uma forma menos explícita, ao contrário do que ocorre no boletim informativo. Meio de divulgação em que se priorizava a publicação de atividades sociais, as notícias que envolviam o público feminino apresenta alguns elementos comuns em notícias diversificadas.

Um dos assuntos em que mais aparecia a mulher da Escola Técnica eram nos eventos relacionados às visitas ilustres. Um exemplo é a visita da Miss Maranhão ocorrida em 1958 ; a menção feita à ocasião também aborda elementos específicos daquela época; "Portadora de invejáveis dotes físicos e também morais e intelectuais, a beldade maranhense encantou todos com seu gracioso porte e arrebatadora simpatia, qualidades aliás sempre encontradas na mulher brasileira" (nº 01/1958. p.11).

A preocupação do autor da matéria em não se empolgar somente com os "dotes físicos" da visitante também aponta a discussão acerca da moralidade à qual a mulher deveria carregar imprescindivelmente, por outro lado o destaque aos atributos físicos da mulher brasileira, presente no imaginário popular até os nossos dias também é destaque no artigo - "gracioso porte e arrebatadora simpatia".

Essa notícia nos remete a contraposição de dois grupos distintos de mulheres dentro da sociedade, as diferenças dentro do mesmo gênero, de um lado a miss, representante de um imaginário específico do universo feminino, do outro as alunas do curso de Aplicação Doméstica, desempenhando um outro papel na sociedade.

Muitas das notícias se referem às refeições produzidas pelas alunas do curso de Economia Doméstica, freqüentemente servido aos diretores e professores que visitavam a Escola.

Em um trabalho que analisa as imagens publicadas no Boletim Informativo, a pesquisadora dirige seu olhar para uma foto publicada acerca da visita do Superintendente da CBAI, Francisco Montojos, no ano de 1958, e o almoço de confraternização realizado nas dependências do curso de Economia Doméstica e o posicionamento dessas alunas na foto: A posição que estas ocupam na imagem, em pé ao lado dos homens que comem, indica que estão ali para atender a qualquer solicitação deles. Não são serviçais, mas estão servindo, o que significa posição de inferioridade social. Seus uniformes de trabalho contrastam com as vestes sóbrias dos "homens de negócios". As flores dispostas ao centro da

mesa conotam festividade e sugerem a feminilidade das alunas que prepararam com prazer tanto a refeição quanto a mesa onde ela está sendo servida. (KAMINSKI, 2001).

Um dos artigos que merecem destaque sobre esse curso é assinado pela professora ministrante, publicado em 1961. Inicialmente ela atribui a evolução da cultura humana à ampliação do campo de atuação da mulher, enaltecendo o papel dos legisladores brasileiros que permitiram a atuação do “elemento feminino” em várias áreas; no entanto coloca como “verdadeira missão sublime, árdua e divina os trabalhos do lar”. Nesse contexto a importância do curso de economia doméstica seria fundamental para que ela aprendesse a administrar o dinheiro destinado as compras domésticas, além de um maior cuidado com os enfermos e um melhor desempenho nas atividades de corte, costura e bordados. Todas essas tarefas não poderiam ser desenvolvidos somente com base na intuição, mas deveriam ter a indicação de uma professora especializada. Ao que parece, a idéia que a professora fazia do seu curso enquanto finalidade seria um maior desempenho dentro da própria casa, e não uma extensão para a esfera pública como possibilidade de trabalho externo.

LAGRAVE faz uma análise interessante a respeito da função desses cursos: “Inventa-se a mãe educadora, a dona de casa racional e taylorizada, figura de proa da nova economia doméstica. Abrem-se mais escolas e cursos para intensificar a educação doméstica, que se torna alternadamente burguesa ou populista, para se adaptar às diversas expectativas de classe. Para as classes laboriosas, ela deve ser um meio de luta contra o esbanjamento e um método para fazer maravilhas com o que se tem, quer dizer, com um salário modesto. Se, por um lado, os operários lutam por um salário decente, por outro lado as suas esposas devem aprender a acomodar-se racionalizando ao máximo o orçamento” (LAGRAVE, 1991, p. 509).

Essa legitimação de espaços no Brasil era garantida pela legislação vigente. Em 1942 a Lei Orgânica do Ensino Secundário instituía a disciplina de economia doméstica para a educação feminina, utilizando ainda o argumento das diferenciações biológicas para as funções atribuídas às mulheres, e seu papel na família, conforme elucida o último artigo: “A orientação metodológica dos programas terá em mira

a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher do lar".(1942).

Em 1962, através da Portaria Ministerial que tratava dos currículos dos cursos técnicos de ensino médio, estabelecia-se o curso de Educação Doméstica como disciplina optativa, e colocava no Curso do Ginásio Industrial a disciplina de Educação para o Lar nas duas primeiras séries para o sexo feminino, no mínimo, sugerindo que essa a programação poderia ser ampliada.

Os exemplos demonstram como a construção social acerca das relações de gênero se desenvolvem em todas as esferas, seja ela através da legislação ou das práticas cotidianas. As tarefas domésticas construídas socialmente como do universo privado feminino se estende para o campo público, determinando quais os espaços que cabem a mulher na sociedade do trabalho.

CONCLUSÃO

Um olhar direcionado para as intersecções entre tecnologia, gênero e cultura e o papel das instituições na reprodução e determinação de papéis sociais podem apontar elementos elucidativos sobre a constituição de espaços reservados a determinados grupos na sociedade capitalista.

Nesse contexto pudemos observar como a educação profissional desenvolvida na Escola Técnica de Curitiba contribuiu para a manutenção da tradicional divisão sexual do trabalho, dada a falta de oportunidades de qualificação técnica em setores que extrapolassem a idéia de função feminina, estabelecendo modelos e práticas que iriam limitar a atuação do público feminino a atividades com uma menor remuneração. Esses fatores podem ser percebidos nos estudos realizados recentemente dentro da mesma instituição analisada neste artigo⁷.

⁷ SÔNIA A. LESZCZYNSKI, em pesquisa realizada no ano de 1995, demonstrou como CEFET-PR se caracterizava como uma instituição masculina, tendo um corpo docente e discente formado em sua maioria por homens. A exceção pode ser encontrada no Departamento de Desenho Industrial onde alunas e professoras formam a maioria. Nessa mesma perspectiva Nanci Stancki Silva analisa em sua dissertação de Mestrado como os alunos e alunas dos cursos de Desenho Industrial (eminente feminino) e de Mecânica (eminente masculino) do CEFET-PR do ano de 2000 explicam a proporcionalidade dos gêneros nos cursos, utilizando-se de argumentos voltados para a idéia de natureza masculina ou natureza feminina para tal escolha.

a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher. As relações de poder estabelecidas em várias esferas, seja através das práticas cotidianas da Escola Técnica, ou especificamente sobre o contexto histórico do período, demonstram como as discussões de gênero abarcam outros prismas de análise como raça e classe para um maior entendimento das segmentações e discriminações presentes na sociedade capitalista.

Referências Bibliográfica

- CUNHA, Luiz A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FONSECA, Celso S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.
- KAMINSKI, Rosane et al. **A comissão brasileiro-americana de educação Industrial**, CBAI (1946-1962): Tecnologia e representações raciais. In: 8º Congresso Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. 1 a 03/10/2001. Rio de Janeiro.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges. PERROT, Michelle (org.) **História das mulheres - O século XX**. Porto: Afrontamentos, 1991. v. 5. p. 504-543
- LERMAN, NINA. **From useful knowledge to habits of industry**: Gender, race and class in nineteenth-century technical education. Thesis (PHD) University of Pennsylvania, 1993.
- LESZCZYNSKI, Sonia Ana. Acesso de moças e mulheres a educação técnica e vocacional: um caso brasileiro. In: **Tecnologia e humanismo**. Edição especial: O papel da mulher no ensino tecnológico: o estado da arte no Brasil. Nº 17, Curitiba: CEFET-PR, 1996.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- QUELUZ, Gilson L. et al. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, **CBAI (1946-1962)**: Tecnologia e representações sociais. In: 8º Congresso Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. 1 a 03/10/2001. Rio de Janeiro.
- QUELUZ, Gilson L. **Concepções de ensino técnico na República Velha 1909-1930**. Curitiba: CEFET-PR, 2000.